

**LEILA STEIN. Sindicalismo e corporativismo na agricultura (1930 a 1945).**  
*Dissertação de Mestrado. PUC/SP. 1991.*

O binômio sindicalismo-corporativismo tem sido nestas últimas décadas um tema presente na produção sociológica, refletindo particularmente o esforço e o interesse dos cientistas sociais no conhecimento de nossa história recente e do processo de formação de nossas instituições. Todavia, este esforço tem sido dirigido prioritariamente ao meio urbano-industrial, em particular à gênese da estrutura sindical brasileira e à gestação de um modelo de sindicato corporativista-oficialista. Sobre este período e seus efeitos, marcado pela ascensão de Vargas ao poder em 1930, e pela hegemonização ideológica de um pensamento corporativista e autoritário, fortemente presente no movimento tenentista, já existe uma apreciável literatura.<sup>1</sup> No entanto, pouco sabemos das iniciativas e dos efeitos da *revolução de 30* em relação ao setor rural e às classes sociais no campo. A *Dissertação de Mestrado* de Leila Stein vem preencher esta lacuna.

Após traçar o quadro político-ideológico que iria nortear a política varguista na área sindical e trabalhista (no *capítulo I*), indaga-se sobre como foi a implementação dessa política no setor rural e porque se chegou a resultados diferenciados do setor urbano. Percorre-se então os três períodos do primeiro governo Vargas: o período do *governo provisório (1930-34)*, o *período constitucional (1934-37)*, e o chamado *Estado Novo (1937-45)*, sucessivamente. No *capítulo II*, iniciando-se pela tomada do poder por Getúlio Vargas examina-se a evolução dos eventos no seio da Aliança Liberal, do movimento tenentista e da própria montagem do Governo Provisório. O ponto de partida é portanto a análise do programa agrário-reformista da Aliança Liberal e do papel político dos militares (os tenentes) no desenrolar dos acontecimentos. Enquanto a plataforma aliancista vai sendo implementada, abre-se um espaço para negociações com os setores empresariais, particularmente com aqueles setores ligados à agricultura em crise, objetivando a manutenção de Vargas no poder, e mesmo para compensar as defecções no seio da própria Aliança Liberal (p. 35). As disputas nesta primeira fase (*"governo provisório"*) tiveram como eixo, por um lado, a continuidade da dita-

dura, por outro, a convocação das eleições para a Assembléia Nacional Constituinte, que se reuniria em 1934.

Talvez até em consequência daquelas negociações que visavam a sustentação de Vargas no poder, o Ministério da Agricultura se transforma em palco de lutas internas no seio do governo provisório. Daí terem sido "esvaziadas" as propostas aprovadas e implementadas pelo então ministro da Agricultura Juarez Távora, por meio de medidas paralelas emanadas do centro do poder executivo. Assim a gestão daquele ministro tenentista acaba se revelando como um "ensaio corporativista agrário" (*capítulo III*), eivado de intenções agro-reformistas e cooperativistas, mas esterilizado pelos compromissos do regime com os setores agrários e agro-empressariais dominantes.

A reação às investidas reformistas se organiza de diversas formas, emergindo desde logo uma gama de interesses contrários, nem sempre coincidentes. Desde logo, observa-se, a reação de um segmento agrário-financeiro, cujos interesses se distribuíam tanto na agricultura propriamente dita, como na comercialização e exportação da produção agrícola. Muitas vezes a disputa se dá sobretudo pelo controle de órgãos planejadores ou executores das políticas oficiais por produto, como o Instituto do Café.

Ao longo da Assembléia Nacional Constituinte (*capítulo IV*) observa-se a derrota das propostas reformistas (*reforma agrária, direito de desapropriação por motivos sociais, limitação da extensão das propriedades, incentivo à pequena propriedade*) e corporativistas (*organizações sindicais conjuntas de patrões e empregados*). A reação anti-reformista procura esvaziar as propostas reformistas com emendas que desviavam a questão. Entre elas, destaca-se uma espécie de reformismo filantrópico (Pág. 80-90 e depois página 114 e 117).

Portanto, a reforma agrária na constituinte de 1934 fracassa em parte pela negociação, na qual têm destaque os setores tenentistas reformistas. Os tenentes abrem mão da reforma agrária em favor da eleição de Vargas e de outros pontos. A defesa da reforma agrária ficará, neste *plenum*, por conta de uma reduzida banca-

paço para fazer a denúncia da escravidão e da violência reinante no campo.

Como conclusão final: os setores dominantes da agricultura conseguem determinar os rumos da política, mantendo-se à margem da interferência estatal tanto quanto possível, e ao mesmo tempo criando as bases do clientelismo creditício. Assim conseguem matar dois coelhos: por um lado ficam livres da incômoda interferência do estado em seus negócios agrários e agro-comerciais, e por outro, garantem o acesso a recursos financeiros públicos e a isenções fiscais privilegiadas. Deste modo o perfil da agropecuária - gestado no *período colonial*, mantido no *Império* e desenvolvido na *República Velha* - passa incólume em meio da nossa *"revolução de outubro"* (segundo Juarez Távora, p. 63), permanecendo o setor agrário um "negócio privado" das classes capitalistas agrárias, aí englobando as relações sociais e trabalhistas e os interesses de amplas massas camponesas rurais.

Assim, se comprova a tese da autora, expressa ao final do *capítulo I*, qual seja, de que "o sistema de dominação ganhou força com a exclusão dos trabalhadores agrícolas... Como se sabe, a industrialização teve como um dos pilares a diferenciação nas condições vigentes dos mercados de trabalho urbano e rural. Se o primeiro sofreu processos de regulamentação..., o segundo pela ausência de regras e de formalizações teria podido suprir aquele mercado urbano, dado o crescimento das migrações rurais-urbanas." (p. 19)

Edgard A. Malagodi  
 Professor de Sociologia da Universidade Federal da Paraíba

**NOTA**

<sup>1</sup> Cf. VIANNA, L. W. *Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências. In: O que se deve ler em ciências sociais no Brasil. (BIB). São Paulo: Cortez/ANPOCS, 1986. Veja também neste volume, as resenhas de Lúcia L. Oliveira e Eli D. Cerqueira/Renato R. Boschi.*